

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-11-2024.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aldo Borges, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roth da Acessibilidade. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Eng^o Comassetto, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 168/24 (Processo n^o 0318/24), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 355/24 (Processo n^o 0691/24), de autoria de Idenir Cecchim; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 361, 362, 364, 365 e 366/24 (Processos n^{os} 0707, 0708, 0710, 0711 e 0712, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 367/24 (Processo n^o 0713/24), de autoria de Ramiro Rosário; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 368/24 (Processo n^o 0714/24), de autoria de Lisandro Zwiernik; e o Projeto de Lei do Legislativo n^o 380/24 (Processo n^o 0735/24), de autoria da Mesa Diretora. Também, foram apregoados o Ofício n^{os} 3219, 3224 e 3231/24, do Prefeito, encaminhando os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 038, 039 e 040/24 (Processos n^{os} 0736, 0738 e 0739/24, respectivamente). A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Ramiro Rosário e Jonas Reis. Foi apregoada declaração firmada por Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento do suplente Aldo Borges em exercer a vereança, em substituição, no dia vinte e oito de novembro do corrente ano. Foi aprovado Requerimento de autoria de Jonas Reis solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dois ao dia quatro de dezembro do corrente ano. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pedro Ruas. Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, conforme acordo de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por José Freitas, Mauro Pinheiro e Adeli Sell. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1^o secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde de quarta-feira a todos que nos escutam, a todos que nos acompanham nesta semana, em que nós vamos começar a votar o orçamento da cidade para o ano que vem e fazer os encaminhamentos finais para a virada do ano.

Muitos debates importantes começaram nos últimos meses e que vão refletir na questão da economia do nosso Município, do nosso Estado, do nosso País. São questões que a Câmara de Vereadores não se furará a tratar, e uma delas é a questão da escala de trabalho. Eu venho de um almoço, na Federasul, onde tive a oportunidade de assistir a excelentes explicações sobre a produtividade no Brasil, o impacto da nossa economia, a competitividade que o Brasil tem perante outras nações e as questões intrínsecas aos próximos anos, que é o crescimento da inteligência artificial, o crescimento do trabalho mecanizado, robotizado, com alta inteligência, e a destruição de postos de trabalho que virá junto com isso.

Eu não estou aqui emitindo juízo de valor se isso é bom, se isso é ruim, se eu sou a favor ou contra. Estou simplesmente detectando algo que nós sabemos que vai acontecer nos próximos anos. É a revolução digital 4.0, que vai tornar milhões de postos de trabalho obsoletos; e as pessoas com menos preparo, as pessoas com menos instrução, são as que mais vão sofrer a perda desses postos de trabalho. A gente vê grandes, megaempresários, megacorporações; e eu falo aqui de lideranças internacionais da área da comunicação como Jeff Bezos, como Mark Zuckerberg, como Elon Musk. Eles, apesar de não terem concordância em muitos assuntos, têm um ponto em comum: a defesa de que o dia vai chegar, quando o mundo vai precisar ter uma renda básica universal, para que essas pessoas não fiquem completamente à mercê do mercado de trabalho, na miséria ou na marginalidade do mundo produtivo. Isso é um assunto que tem um impacto filosófico muito profundo, além do impacto econômico. E o impacto filosófico diz respeito a: se a pessoa não se sente útil para a sociedade, participe da sociedade, necessária para a sociedade; se a pessoa não tem uma contribuição de valor a dar à sociedade, teremos, aí, um aumento ainda maior da depressão, da doença mental e de todas as questões que envolvem uma pessoa fora do meio produtivo. E eu digo aqui, de todos os níveis. Esse debate sobre o mercado de trabalho e as horas trabalhadas, que vêm tão bem ao encontro de economias de primeiro mundo, que têm hoje já quatro, cinco vezes maior produtividade do que a nossa, e que estão, sim, num patamar de PIB, de ganho econômico, onde esses trabalhadores, esses entes da sociedade produtiva, nos mais diversos níveis, estão numa condição muito superior ao Brasil e podem, inclusive, estar debatendo a escala de trabalho 4x3. E nós aqui debatendo a 5x2. Esse debate não pode ser um debate demagógico, Ver. Ramiro. Esse debate não pode ser um debate hipócrita, esse debate tem que ser feito pensando no futuro dos próximos anos, mas ele tem, em primeiro lugar, o tema de casa, tem que ser feito pelos governos, federal, em primeiro lugar, a desoneração da folha, a desoneração do salário mínimo, que o trabalhador assalariado receba o dobro e que o empregador não seja penalizado. O governo federal não faz a sua parte, e, na hora que tem de cortar, mesmo com recorde de arrecadação, corta onde? Na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura completamente sucateada deste Brasil. Nós

temos pontes gigantescas que ficaram prontas no governo Bolsonaro e, há dois anos que este governo assumiu, ainda não construiu as cabeceiras das pontes norte e nordeste, mas estão asphaltando o acesso para as balsas. Então há uma falta de interesse em que nós tenhamos realmente uma infraestrutura de Primeiro Mundo para concorrer, porque nós precisamos de competitividade na nossa economia para poder pagar melhor todo o setor que recebe menos. E precisamos, sim, tirar tributos da folha de pagamento, precisamos deixar mais dinheiro no bolso de quem trabalha e menos dinheiro no cofre do governo. Mais dinheiro no bolso do trabalhador, com ganho de poder aquisitivo, e menos dinheiro na mão de gestores irresponsáveis que não sabem utilizar o recurso, mas sabem gastar mais de um bilhão de reais no novo “AeroJanja”, em viagens absurdas, em desperdício de recursos públicos, carestia de vida. Cada vez que nós temos aumento da carga tributária nesse País, nós temos mais inflação, nós temos produtos mais caros e com a população recebendo o mesmo recurso. E é esse tipo de coisa que nós precisamos mudar do nosso Brasil. Esse debate não pode ser demagógico.

O enfrentamento da carga horária do trabalhador precisa passar por um amplo debate, de que país nós queremos. Se nós temos capacidade competitiva para entrar no mercado internacional, concorrendo contra esses países que têm PIBs altíssimos, que têm quatro, cinco vezes o nosso nível em competição mundial. Países como a Noruega, onde a maioria da população pode se dar ao luxo de descansar três dias por semana, porque hoje um trabalhador norueguês já rende cinco vezes mais em produtividade do que um trabalhador brasileiro.

Outro debate que tem que ser feito, além da questão da desoneração da folha, da retirada de tributos, dos salários, é a questão dos nossos tributos em cascata, é a questão trabalhista, é a questão que nós temos, absurda hoje, do excesso de regras para quem produz. Milhares de impostos, regulamentos tributários que são criados: mais de 400 mil existem no nosso País, é um manicômio tributário! Cada vez que alguém abre uma empresa, a gente tem que comemorar, dizer: “mais um corajoso”. Vai gerar emprego, vai gerar renda, vai dar oportunidade de trabalho para alguém; é um corajoso, que vai carregar o governo nas costas. Hoje, nós temos toda a nossa carga tributária, o conjunto, tudo isso, mais de 70% do que se produz no Brasil. Quem ganha menos, está cada vez mais pobre; e o governo federal, gastando a cada dia mais dinheiro de forma irresponsável.

Para concluir, meu Presidente, nós precisamos de um amplo debate sobre qual é a educação que nós estamos dando para as crianças, para os adolescentes e para os jovens universitários neste País, porque o Brasil é o país com a maior dificuldade de se contratar pessoas, em todos os níveis, com o pior trabalho, com a pior condição de preparo. Nós estamos há anos luz de distância, em preparo, porque a nossa mão de obra, hoje, é uma mão de obra despreparada, sucateada, que não sabe ler, que não sabe escrever, que não sabe fazer conta. Que país nós queremos para o futuro dos nossos filhos? Que país nós queremos? Esse debate precisa ser feito. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): (Faz dois minutos de silêncio.) Dois minutos de silêncio na tribuna chamam a atenção; de alguma forma, até incomodam. Alguns chegaram aqui, falaram: “Fala, Ramiro; fala, Ramiro! O que está acontecendo?”. Claro que o silêncio na tribuna constrange, incomoda, chama atenção, é óbvio. A tribuna de um Parlamento foi criada para que aqui o parlamentar se expressasse livremente; na Assembleia, no Congresso, em qualquer democracia verdadeira do planeta, o parlamentar pode chegar à tribuna, manifestar a sua livre opinião, falar aquilo que, legitimamente, representa, a parcela da sociedade pela qual ele foi eleito, é o representante ou mesmo a sociedade por completo. Infelizmente, o que nós vemos hoje no Brasil não é uma democracia plena, não é uma democracia, de fato. Quando nós temos processos de perseguição, como acontece, neste momento, com o deputado federal Marcel van Hattem, do Partido Novo, nós não temos um caso isolado, o problema de apenas um parlamentar ou de apenas um partido ou de apenas uma corrente política, mas, sim, uma agressão clara, uma agressão direta à democracia brasileira. Hoje é o Marcel, quem será amanhã? Qual de vocês aqui terá voz calada, será processado, será perseguido por juízes que se acham deuses, delegados e instituições que estão, na verdade, a serviço de um governo, de um partido de apenas uma visão ideológica? O que está acontecendo nesse processo com Marcel van Hattem é a utilização da Polícia Federal como uma polícia de estado, uma polícia política. Marcel van Hattem subiu na tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar a falsificação de provas por um delegado da Polícia Federal; no lugar de se investigar a denúncia que ele fez, ele é investigado, acusado, e agora tem o processo instaurado pela Polícia Federal a mando do consórcio Lula-STF. O que nós estamos vivenciando no Brasil é uma agressão. Dizem, Presidente, que é para evitar uma possível polarização, que nós estamos vivenciando um momento de polarização e que isso é ruim para o Brasil. Mentira! O nosso Estado é prova disso, fomos forjados na polarização: Chimangos ou Maragatos, Farroupilhas ou Imperiais, Federalistas. Infelizmente, tempos muito mais difíceis já tivemos aqui no nosso Estado e em todo o Brasil. Vivemos, hoje, é verdade, um tempo de paz, de democracia, podemos, inclusive muitas vezes, nos digladiarmos aqui nessa tribuna, nas redes sociais, mas, absolutamente, toda semana, acontece uma reunião de líderes, onde acordos são estabelecidos para o bom funcionamento desta Casa e para que projetos e entregas reais aconteçam para a cidade de Porto Alegre. Não caiam nesta lorota daqueles que condenam a polarização e que na verdade se utilizam desses instrumentos para calar vozes, para impedir que um dos lados se manifeste. O dia que nós nos calarmos, o dia que nós permitirmos que este microfone aqui ou qualquer outro de qualquer outro parlamento se apague, aí sim seremos todos covardes e poderemos ir para casa viver as nossas vidas medíocres. Enquanto isso não acontecer, estaremos aqui gritando por democracia, liberdade e justiça. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, eu acho incrível que os líderes partidários que sobem a esta tribuna para falar em liderança não estão escandalizados com que o prefeito Melo está fazendo com a saúde da capital. Eles não falaram uma vírgula da saúde, que vai perder mais da metade do orçamento no próximo ano, que está aqui para ser votado. O prefeito cortou mais de quatrocentos. Meu Deus do céu, não tem condição a quantidade de dinheiro cortada da saúde, de investimento, mais de R\$ 400 milhões. As pessoas vão continuar adoecendo, nem o medicamento vai ser entregue. Se hoje a fila, a média de espera para consulta com especialista é três anos, vai aumentar, vai, no mínimo, duplicar no ano que vem. Se hoje as pessoas vão num posto de saúde e esperam seis horas para consultar, vai piorar. Não dá para aceitar isso.

Aí vem aqui o Ver. Ramiro, do partido Novo, que apoiou o Melo no 2º turno, falar em silêncio. Silêncio é vocês ficarem em silêncio quando a saúde está indo para a lixeira. A saúde pública destruída, isso é silenciar e vem falar que o microfone não pode ser silenciado; Vossa Excelência silencia o microfone, quando se cala diante do desastre político que é o governo Melo. As escolas sem gás de cozinha para cozinhar, que é o caso da EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil – Paulo Freire, na Restinga, e V. Exa. não fala nada.

E aí a outra vereadora, líder do partido bolsonarista, vem falar em inteligência artificial. Realmente, a inteligência artificial vem substituindo cérebros, pessoas, vai gerar desemprego - isso eu concordo com Vossa Excelência. -, mas V. Exa. não fala dos problemas que vive a nossa cidade. Mas o que é isso? Isso é uma Câmara de Porto Alegre ou isto aqui é um puxadinho dos partidos de extrema direita? O que virou o partido Novo!? Agora está lá indiciado o chefe maior deles, o Marcel van Hattem, porque estava falando contra um delegado da Polícia Federal, dizendo que o trabalho do delegado era fraudulento, e acha que não vai ser indiciado. Ele acha o quê? Que vocês estão acima da lei? Não estão! Tem mais de 30 sujeitos, do partido lá do Bolsonaro, indiciados por causa de uma tentativa de golpe na República brasileira, e aí V. Exa. vem falar em silenciamento? Silenciamento que me entristece é ver mais de sete mil pessoas em situação de moradia de rua na capital, e nunca V. Exa. subiu aqui para defender mais alimento, mais assistência social. Vossa Excelência foi de um governo que sucateou a FASC, V. Exa. era secretário lá, e aí agora vem aqui dizer que esse microfone não pode ser silenciado; V. Exa., por quatro anos, silenciou os microfones da cidade. Não deixava o povo defender mais democracia; amordaçaram o Orçamento Participativo e vem falar que não pode, na democracia. Eu defendo a democracia, mas qual democracia? Eu quero ver aqui V. Exa. defender a integridade do STF, a integridade da eleição da presidência ganhada justamente por Lula e Alckmin. Vossa Excelência era do partido do Alckmin, e agora nenhuma vírgula veio aqui defender o Alckmin; estava lá, enraizado no PSDB. Mas o que é isso? Vossa Excelência se esquece do passado, mas eu não, porque eu vivi, e, para crer, é difícil, é difícil. Mas vamos continuar na nossa linha de raciocínio.

Porto Alegre está atolada em cortes orçamentários, e aí os vereadores da extrema direita estão silenciados, não falam nada. Quem silenciou vocês? É o governo Melo? São os conchavos, os jeitinhos, os acordos?

A população está pedindo mais transporte. Ontem de manhã, 7 horas da manhã, tinha um ônibus que não conseguiu completar a viagem, trancou o trânsito na Av. João Pessoa, e V. Exa. não vem falar aqui destas porcarias que são esses ônibus, que aumentaram o tempo de vida útil deles. A EPTC está cheia de cargos de confiança; não tem mais concurso público. E aí V. Exa. não fala nada, e vem dizer que defende a democracia, que é contra o silenciamento. A pessoa mais calada, silenciada, aqui, que finge que não vê, que não sente, que não vê a política pública sendo destruída na capital, é você, Ver. Ramiro Rosário.

Então eu vim aqui para restabelecer os fatos, as informações e lembrar que eu não silencie e digo: foi aberto o sigilo da peça que indiciou Bolsonaro em mais de 30 por tentativa de golpe de Estado. E a cadeia está a caminho. Deixem a polícia trabalhar, deixem o STF trabalhar. Porque o tesoureiro do MDB já está na cadeia de Porto Alegre, o filho do prefeito foi afastado e ontem saiu o noticiário que ele apostou R\$ 391 mil nos jogos lá do Tigrinho. Quer dizer, o Tigrinho está em voga na cidade, no mundo político, R\$ 391 mil no Tigrinho, e disso ninguém fala, para isso o microfone está silenciado, mas o microfone do PT não! Nós estamos aqui para lembrar o que já está nos jornais. Pena que eu não pude revelar esse fato, foi o jornal Zero Hora que revelou, não chegou para mim, ninguém quis trazer para mim antes, trouxeram para o ZH. Da próxima vez, se quiseram trazer para mim antes, podem trazer que eu trago aqui para a tribuna em primeira mão. Vou ter prazer. Um abraço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoamos também declaração firmada pelo Ver. Moisés Barboza, líder da bancada do PSDB, informando o impedimento do suplente Aldo Borges em exercer a vereança em substituição no dia 28/11/2024, amanhã.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 2 ao dia 4 de dezembro de 2024. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Adeli Sell, vereadoras, vereadores, público que nos dá honra da presença aqui e acompanham pela TVCâmara, ontem tivemos um episódio aqui bastante delicado, para dizer o mínimo. Foi votado um

projeto do Executivo que em breve tempo deve levar à destruição de um dos sítios de memória da ditadura militar, Ver. Conceição, aqui em Porto Alegre. Nós temos um na Rua Santo Antônio nº 600; já temos, na calçada, escrito, afundado na calçada está escrito: este local aqui serviu ao DOPS e à ditadura militar para prisão, tortura e morte de presos políticos durante a ditadura militar. Está ali na calçada, não tem como tirar; aliás, botaram ali cimento, nós fomos ao MP, que mandou tirar tudo. Está lá e vai ter também na Rua Luiz Afonso, vai ter também, em frente ao quartel da Luiz Afonso. E ontem esta Casa... Eu não estou recorrendo, Presidente Adeli Sell, estou comentando porque não há recurso possível, a votação se deu dentro das normas legais e regimentais, mas foi um absurdo, foi um absurdo. Então que fique registrada a posição que agora é do PSOL. Ontem eu registrei essa posição no microfone de apartes dizendo que era minha e ainda não era do meu partido, mas agora já é do meu partido. Então falo em nome do PSOL para reiterar os mesmos argumentos. Aquela posição da Câmara – da Câmara! – foi uma posição que mundialmente é reprovada, porque uma das formas de manter as injustiças e de não fazer justiça de transição é destruir os chamados sítios de memória. E é o que foi decidido ontem em relação ao quartel da Rua Luiz Afonso. Lá está na Rua Santo Antônio nº 600 para quem quiser ver o chamado Dopinha, onde foi morto o sargento Manoel Raymundo Soares, no famoso caso das mãos amarradas, depois de 106 dias de tortura no local. Cento e seis dias de tortura no local! Pois bem, aquele local da Rua Luiz Afonso também deveria ser preservado, porque ele foi em 1975 a sede do DOI-CODI aqui. O DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna não teve a mesma atuação no Rio Grande do Sul que teve no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde foi brutal, mas foi aqui, durante um ano, também brutal e só não foi mais, porque o DOPS assumiu esse papel aqui no Estado. O DOPS prendia, o DOPS interrogava, o DOPS torturava, o DOPS matava em nome da ditadura.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vereador, nós estamos com um problema no cronômetro, V. Exa. ainda tem um minuto.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto, obrigado. Já vou concluir, Presidente. Nos demais estados, particularmente o Rio de Janeiro e São Paulo, no Rio de Janeiro foi preservada a casa da morte, onde foi morto o deputado Rubens Paiva – está no filme que todos deveriam ver, que está concorrendo ao Oscar: Eu Ainda Estou Aqui –, cujo corpo nunca foi encontrado. Esses locais são preservados, no Chile, na Argentina, no Paraguai, no mundo todo, aqui no Uruguai, em todos lugares, em todo país, menos aqui, agora, naquele prédio da Rua Luiz Afonso. Fica aqui, agora, Ver.^a Karen Santos, minha líder, registrada a posição do partido, falei ontem que era só minha, agora, com muito orgulho para mim, a posição do PSOL. Obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vamos dar uma orientação aqui sobre as sessões extraordinárias. Só um minutinho de atenção de Vossas Excelências. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós somos obrigados, agora, a encerrar esta Sessão

Ordinária. E vamos abrir as sessões extraordinárias para correr a Pauta, para que nós possamos, até o dia 18 de dezembro, cumprir todas as funções legislativas desta feita. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 14h54min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *